

Estoque da dívida interna atinge US\$ 57,2 bilhões, 10,2% do PIB

por Claudia Safatle
de Brasília

O estoque da dívida pública mobiliária federal cresceu 49,84% nos últimos doze meses (maio de 1993 a maio de 1994), atingindo a cifra de CR\$ 107,26 trilhões, ou US\$ 57,19 bilhões (convertidos pela taxa de câmbio do último dia de maio passado, de CR\$ 1.875,25). Esse valor representa 10,2% do Produto Interno Bruto (PIB estimado em CR\$ 1,047 quatrilhões) e corresponde à dívida mobiliária fora do Banco Central (BC).

Segundo dados divulgados ontem pela instituição, a dívida na carteira do BC totaliza CR\$ 61,84 trilhões (ou US\$ 32,97 bilhões). De janeiro a maio último, o crescimento (deflacionado pelo IGP-DI) da dívida fora do BC foi de 22,38%.

A dívida em títulos estaduais e municipais também teve acréscimo substancial, em valores reais. Entre maio de 1993 e maio último o estoque da dívida de estados e municípios subiu de CR\$ 606 bilhões para CR\$ 34,92 trilhões, com aumento real de 23,02%. Entre janeiro e maio deste ano, a elevação em termos reais foi de 8,31%.

O Estado de São Paulo elevou sua dívida em títulos de CR\$ 225 bilhões para CR\$ 13,36 trilhões, no período de doze meses, o que representou aumento real de 26,77%.

Foi o município de São Paulo, no entanto, que apresentou o crescimento mais exuberante. A dívida mobiliária do município era de CR\$ 29 bilhões em maio do ano passado e saltou para CR\$ 2,67 trilhões, numa trajetória que corresponde a elevação real de 96,52%. O outro município autorizado a emitir títulos da dívida pública é o Rio de Janeiro, que em doze meses fez crescer o estoque dessa dívida 14,48%, em termos reais, saindo de

US\$ 128 bilhões viram reais

por Claudia Safatle
de Brasília

O total de haveres financeiros na economia, na posição de final de maio último, correspondia a US\$ 128,45 bilhões, no conceito mais completo de meios de pagamento (o M-4 — que representa o papel-moeda em poder do público, mais depósitos a vista, títulos públicos federais e estaduais, poupança e títulos privados). Na linguagem dos economistas, esse montante representa o volume da moeda remunerada que circula no sistema econômico e que, no dia 1º de julho, será convertida em real.

Segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central

(BC), e que são os últimos indicadores oficiais antes da reforma monetária, o total dos meios de pagamento no seu conceito mais simples, M-1, somava em maio passado, CR11,66 trilhões, ou US\$ 6,22 bilhões (calculados pela taxa de câmbio do último dia de maio). Ou seja, esse era o montante de papel-moeda em poder do público mais depósitos a vista. No FAF (fundão), estavam depositados CR11,73 trilhões — ou US\$ 6,25 bilhões, além de mais US\$ 2,6 bilhões nos Depósitos Especiais Remunerados (DER).

Somando os títulos federais em poder do público, US\$ 26,53 bilhões, mais US\$

16,72 bilhões de papéis dos estados e municípios também em poder do público, mais os FAF e DER, chega-se ao total do M-2, conceito de meios de pagamento que, além dessas aplicações, engloba, também, o M-1.

O M-2, cujo total em maio era de US\$ 58,4 bilhões, acrescido dos depósitos de poupança, que totalizavam US\$ 28,44 bilhões, corresponde ao terceiro conceito dos meios de pagamento — o M-3 — que atingiu US\$ 86,84 bilhões. Segundo dados do BC, o total de títulos privados, em maio, era de US\$ 41,61 bilhões (incluindo depósitos a prazo, letras de câmbio e letras hipotecárias).

CR\$ 19 bilhões para CR\$ 1,01 trilhão.

O Banco Central está concluindo as negociações com os governos estaduais para trocar, antes do dia 1º de julho — data da primeira emissão do real —, a dívida mobiliária dos estados por títulos do Tesouro nacional, numa operação destinada a reduzir o custo de rolagem dos títulos estaduais. Isso significa que pelo menos parte da dívida de CR\$ 31,23 trilhões em papéis estaduais será substituída por papéis do Tesouro Nacional, com prazos e condições ainda em negociação. Depois de São Paulo, Minas Gerais é o estado que deve mais, em títulos. De um estoque de CR\$ 115 bilhões, em maio do ano passado, o estado aumentou sua dívida para CR\$ 6,3 trilhões até maio último, com crescimento real de 14,18% no período.

O aumento real da dívida mobiliária nesse mesmo período foi de 14,63% para o Estado do Rio de Janeiro e de 15,61% no estoque da dívida do Rio Grande do Sul.

DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL FORA DO BCB

CR\$ bilhões

Fim de período	Saldo da dívida em final de período		PIB (anualizado) 2/	Dívida/PIB %
	A preços correntes	A preços do último mês 1/		
1990 Dez	2	29.359	75,76	6,0
1991 Dez	12	27.484	457,21	2,7
1992 Dez	451	79.146	5.742,67	7,9
1993 Jan	581	79.967	7.348	7,9
Fev	721	77.964	9.352	7,7
Mar	907	76.616	12.046	7,5
Abr	1.167	75.714	15.785	7,4
Mai	1.528	75.395	20.876	7,3
Jun	2.016	75.742	27.531	7,3
Jul	2.762	78.173	36.641	7,5
Ago	3.795	79.407	49.777	7,6
Set	4.923	75.710	68.032	7,2
Out	6.994	79.064	92.802	7,5
Nov	9.754	80.725	126.963	7,7
Dez	13.716	81.564	177.892	7,7
1994 Jan	21.163	88.439	254.387	8,3
Fev	30.830	89.711	367.027	8,4
Mar	46.173	93.537	527.971	8,7
Abr	69.761	99.716	745.224	9,4
Mai *	107.263	107.263	1.047.106	10,2

1/ Deflator: IGP-DI centrado em final do mês, ou seja, média geométrica dos índices do mês de referência e do mês seguinte.

2/ PIB dos últimos 12 meses a preços do mês assinalado (deflator: IGP-DI centrado), tendo como base a série publicada pelo IBGE. Os dados de 1994 consideram estimativa do DEPEC de crescimento real do PIB de 2% no ano.

* Dados provisórios.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Os demais estados, que, juntos, acumularam dívida de CR\$ 2,55 bilhões, apre-

sentaram aumento real de 6,85% no período de doze meses.